

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FILIFE HONORATO

CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

CRICIÚMA

2017

FILIPPE HONORATO

CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. Esp. Fabrício Machado.

CRICIÚMA

2017

FILIFE HONORATO

CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de Bacharel no curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Financeira.

Criciúma, 03 de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fabrício Machado – Especialista – UNESC – (Orientador)

Prof. Alex Sander Bristot - Especialista - (UNESC)

Prof. Adílson Pagani - Mestre - (UNESC)

Dedico este trabalho aos meus pais Valdeci e Elisa e à minha irmã Flávia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado chegar até aqui. A minha família por toda a dedicação e paciência contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos. A minha namorada Maria Julia e todos os meus amigos.

Agradeço aos professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado, e em especial ao meu orientador Fabrício Machado. Agradeço principalmente, a instituição por ter me proporcionado e aberto tantas ferramentas e conhecimento, que permitiram chegar hoje ao final desse ciclo de maneira satisfatória.

“Seja você quem for, seja qual for à posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá”

Ayrton Senna

RESUMO

HONORATO, Filipe. **Concessão de Crédito em uma Cooperativa de Crédito**. p. 54. Orientador: Prof^o. Esp. Fabrício Machado. Trabalho de Conclusão do Curso em Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A atual situação econômica do Brasil vem causando preocupação a toda parcela da população que depende do seu próprio trabalho para garantia de seu sustento. Com a instabilidade na economia e no cenário político, o risco de inadimplência aumenta, fazendo com que, os bancos aumentem a rigidez das suas condições para concessão de crédito. Diante disso, o trabalho visa avaliar como está estabelecida a política de análise de crédito em uma cooperativa de crédito, localizada no município de Morro da Fumaça/SC, onde através de análises às solicitações de créditos no período entre 2015 e 2017, foi objeto de análises de procedimentos com utilização de ferramentas para concessão de crédito, identificando os requisitos base para análise e viabilidade da concessão do crédito. No período de análise, foi realizado em paralelo, uma pesquisa de acompanhamento de crédito onde as solicitações, foram cadastradas em planilha de controle com as informações sobre: o tamanho da empresa, ramo de atividade, valor concedido, linha de crédito deferida pelo gerente, garantia proposta e prazo, permitindo uma avaliação das concessões. Entre os ramos de atividades pesquisados, a indústria Cerâmica apresentou 28% do total de crédito concedido, seguido das indústrias de Engenho de Arroz com participação de 17%.

Palavras-chave: Cooperativa. Crédito. Análise.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Área de abrangência da Cooperativa Sul, SC.....	31
Figura 2. Organograma.....	34
Figura 3. Comparativo dos Valores concedido versus Ramos de Atividade.	41
Figura 4. Comparativo dos Valores concedido versus Ramos de Atividade.	41
Figura 5. Comparativo dos Valores concedidos versus Porte da Empresa.....	42
Figura 6. Comparativo dos Valores concedidos versus Linha de Crédito.	42
Figura 7. Formulário do Balanço Perguntado.....	45
Figura 8. Formulário de Análise Financeira (parte 1).	46
Figura 9. Formulário de Análise Financeira (parte 2).	47
Figura 10. Formulário de Análise Financeira (parte 3).	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Produtos Pessoa Física.....	32
Quadro 2. Produtos Pessoa Jurídica.....	32
Quadro 3. Relação de Documentos MEI.....	37
Quadro 4. Relação de documentos ME.	37
Quadro 5. Relação de Documentos EPP.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Classificação de Risco Provisionamento.....	22
Tabela 2. Classificação de Risco.	23
Tabela 3. Acompanhamento de crédito.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI Aliança Cooperativista Internacional

ACIC Associação Empresarial de Criciúma

ACICREC Cooperativa de Crédito Mútuo dos Confeccionistas do Vestiário da Região Sul Catarinense

BACEN Banco Central do Brasil

CMN Conselho Monetário Nacional

DRE Demonstração do Resultado do Exercício

EPP Empresa de Pequeno Porte

IRPF Imposto de Renda de Pessoa Física

ME Microempresa

MEI Microempreendedor

OCB Organização das Cooperativas do Brasil

PF Pessoa Física

PJ Pessoa Jurídica

SCPC Serviço Central de Proteção ao Crédito

SCR Sistema de Informações de Crédito do Banco Central

SFN Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
1.1TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	16
2.2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO	17
2.3 CRÉDITO	19
2.4 SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO	20
2.5 DEFINIÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO.....	21
2.6 CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO	23
2.6.1 Risco do Cliente	23
2.6.2 Risco da Operação.....	23
2.6.3 Risco de Concentração	24
2.7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
2.7.1 Balanço Patrimonial.....	24
2.7.2 DRE - Demonstração do Resultado do Exercício.....	25
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	26
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	26
3.2PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	26
4. ESTUDO DE CASO	28
4.1 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE	28
4.2 OBJETIVOS DA ANÁLISE DE CRÉDITO	29
4.3 PRINCIPAIS MERCADOS	31
4.4PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS	32
4.5 PERFIL DOS FUNCIONÁRIOS.....	32
4.6 ORGANOGRAMA	33
4.7 MISSÃO, VISÃO E VALORES	35

4.7.1 Missão.....	35
4.7.2 Visão	35
4.7.3 Valores	35
4.8 ENQUADRAMENTO DAS EMPRESAS QUANTO AO FATURAMENTO	36
4.9 ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOA JURÍDICA – MEI, ME, EPP	36
4.10 RESULTADOS	39
4.10.1 Acompanhamento de crédito.....	40
4.10.2 Balanço Patrimonial.....	43
4.10.3 Análise Financeira da Empresa.....	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

Através desta pesquisa, pode-se observar a necessidade de estudo para o serviço de concessão de crédito, sendo assim, este será o tema abordado neste projeto de pesquisa. Onde através de uma análise dos procedimentos executados pelos colaboradores e quais ferramentas essenciais neste processo. Sendo assim a organização estudada possui em seus fundamentos a disponibilização de crédito aos associados.

Neste capítulo apresenta-se o tema, problema e questão problema. Logo após apresenta-se os objetivos da pesquisa, justificativa e estrutura do estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

A atual situação econômica do Brasil vem causando preocupação a toda parcela da população que depende do seu próprio trabalho para garantir seu sustento.

Esta situação tem deixado empresários em estado de alerta e preocupação, principalmente com os rumos que nossa economia vem tomando nos últimos tempos. Essa preocupação com a situação econômica vem fazendo com que empresários adiem investimentos e novos empreendedores aguardem momentos menos incertos para iniciar seus projetos.

As empresas vem sofrendo com os efeitos da crise econômica de 2016, principalmente aquelas que dependem de crédito abundante para manutenção dos seus negócios. Por todos os acontecimentos da questão econômica, os bancos deverão reduzir suas linhas de créditos.

Com a instabilidade na economia e no cenário político, o risco de inadimplência cresce, fazendo com que os bancos aumentem a rigidez das suas condições para concessão de crédito. Como os bancos públicos estarão na mesma situação, e até mesmo, por imposições regulatórias, também não terão como evitar a redução de crédito.

No período de 2010 a 2016, houve uma grande procura de empresas com alta renda para associação nas cooperativas de créditos, sendo que as mesmas estavam com os processos de recuperação judicial expedido, sendo assim

ocasionando o bloqueio automático judicialmente das contas correntes destas empresas nas cooperativas. Esta questão foi até ao Senado Federal, onde foi aprovado o bloqueio judicial nas cooperativas de créditos, através de um Comunicado nº 29.353, de 12 de abril de 2016, determinado pelo Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil através da diretoria colegiada, diretoria de política monetária e departamento de operações do mercado aberto.

O cooperativismo sempre se apresenta como alternativa em momento de crise, buscando atender todas as categorias com os mesmos serviços dos bancos e a possibilidade de dividir ganhos no final do ano. As cooperativas financeiras mantiveram uma concessão de crédito com juros abaixo do mercado e índices de baixa inadimplência por ter o conhecimento de seus associados.

Porém, assim como os bancos públicos e privados, possuem as suas políticas de análise e liberação de crédito junto aos seus associados. Diante do que exposto, o trabalho se propõe a responder a seguinte questão problema: De que forma está estabelecida a política de análise de crédito em uma cooperativa de crédito, localizada no município de Morro da Fumaça/SC.

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos estabelecidos nesta pesquisa são as análises da concessão de crédito em uma cooperativa de crédito.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar de que forma está estabelecida a política de análise de crédito em uma cooperativa, localizada no município de Morro da Fumaça/SC.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, julga-se necessário os seguintes objetivos específicos:

➤ Analisar os procedimentos e as ferramentas utilizadas para concessão de crédito;

- Analisar as solicitações de créditos do período entre 2015 e 2017;
- Identificar os requisitos base para análise e viabilidade da concessão do crédito.

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo buscou identificar possíveis falhas no processo de concessão de crédito e de padronização dos procedimentos utilizados na instituição financeira. Este procedimento será favorável não apenas para a cooperativa e seus associados, mas também aos pesquisadores e acadêmicos, pois proporcionariam a vivência e a rotina de uma cooperativa por meio de análise de documentos, conferência de assinaturas, viabilidade de contratos entre outros procedimentos necessários acerca da liberação de crédito, tema relevante diante da atual situação econômica/política que se encontra o Brasil. Pois se trata de um estudo onde o empresário poderá entender a sistemática aplicada pelas cooperativas quanto à liberação dos créditos.

Do ponto de vista prático o crédito será analisado através de técnicos de crédito, no qual irão deferir a aprovação ou não, já do ponto de vista teórico o empresário entenderá sobre os procedimentos necessários tais como: faturamento fiscal ou gerencial, balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, dos últimos três exercícios, Imposto de Renda de Pessoa Física - IRPF dos sócios da empresa além dos comprovantes de endereços comercial e residencial.

As principais partes envolvidas nesta pesquisa foram: Gerentes de Carteiras Jurídicas e seus respectivos Gerentes Administrativos.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

O presente trabalho apresenta a análise de concessão de crédito na empresa Cooperativa Sul SC. Será apresentada a introdução, seguido do histórico da organização, logo após, relato das observações das áreas da administração, mais adiante, será apresentado o embasamento teórico contendo, Cooperativas de Crédito, Administração Financeira, Sistema Financeiro Nacional (SFN), Crédito, Sistema de Crédito Cooperativo, Etapas do Processo Decisório de Crédito, Ciclo dos 5C's, Definição de Risco de Crédito.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, inicialmente, serão apresentados os fundamentos sobre cooperativas de crédito, sistema financeiro nacional, crédito, sistema de crédito cooperativo. Em seguida, as definições do risco de crédito e objetivo da análise de crédito.

2.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) consiste de um conjunto de instrumentos e instituições que funcionam como meio para realização da intermediação financeira. A necessidade de conhecimento do sistema financeiro nacional é crescente ao longo do tempo, explicada pela importância que exerce na economia e segmento empresarial do país (NETO 2005).

O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de instituições públicas e privadas, e seu órgão normativo máximo é o Conselho Monetário Nacional (CMN). Por meio SFN, viabiliza-se a relação entre agentes carentes de recursos para investimento e agentes capazes de gerar poupança e, conseqüentemente, em condições de financiar o crescimento da economia. Por agentes carentes de recursos entendem-se aqueles que assumem uma posição de tomadores, [...] os agentes superavitários, por outro lado, são aqueles capazes de gastar em consumo e investimento menos do que a renda auferida, formando um excedente de poupança (NETO, 2005).

Conforme (NETO, 2005) este sistema financeiro aproxima os agentes econômicos com situação orçamentária superavitária dos agentes com situação orçamentária deficitária.

De acordo com (SILVA, 2008), explica sobre os agentes econômicos superavitários e deficitários: Os agentes com situação deficitária precisam de recursos para atender as suas necessidades de consumo e investimento, enquanto que os agentes superavitários precisam de alternativas para aplicar seus excedentes de recursos.

O sistema Financeiro Nacional é a junção de todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, existentes no país, formando um conjunto de

instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários (SILVA, 2008).

2.2 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Cooperativismo é uma maneira pela qual a sociedade se organiza, por meio de ajuda mútua, para resolver diversos problemas comuns relacionados ao dia a dia. Inicialmente, o cooperativismo organizado originou-se em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester, Inglaterra. Nesse dia 28, tecelões fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Um simples armazém, idealizado para oferecer aos seus associados artigos de primeira necessidade e outros serviços, transformando-se na semente do movimento cooperativista (MEINEN, 2012).

A Aliança Cooperativista Internacional – ACI define cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido. (MEINEN, 2012*apud* SEBRAE, 2009).

Este modelo cooperativo tem sido usado para viabilizar negócios em vários campos de atuação, de modo a propiciar melhor entendimento da formação, estrutura, composição e participação nos diversos setores econômicos (MEINEN, 2012).

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN, 2014) em conjunto com Conselho Monetário Nacional – CMN definem cooperativa de crédito como: A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados. O objetivo da constituição de uma cooperativa de crédito é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, possibilitando o acesso ao crédito e outros produtos financeiros (aplicações, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros).

Segundo (BRASIL, 1971), a Lei nº 5.764 que estabelece a Política Nacional de Cooperativismo, como sendo a atividade decorrente das iniciativas

ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecidos o seu interesse público, e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Nesta Lei nº 5.764 que estabelece a Política Nacional de Cooperativismo ficou estabelecido que, celebram o contrato entre sociedade, cooperativas, as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (BRASIL 1971).

(BRASIL, 1971) classifica as sociedades cooperativas como singulares: As constituídas pelo número mínimo de vinte pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objetivo as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos. Centrais de cooperativas ou federação de cooperativas: as constituídas de, no mínimo, três singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais.

As exigências e procedimentos que permitem as cooperativas de crédito e centrais de cooperativas de crédito a constituírem e funcionarem como instituições financeiras foram estabelecidas em Brasil, (1964) na lei 4.595, resoluções nº 3.106/03 (BACEN, 2003) e nº 3.859/10 (BACEN 2010).

Outro marco importante desta circular para as cooperativas de crédito no Brasil foi permitir a constituição de cooperativas de livre admissão em localidades com menos de 100 mil habitantes ou a transformação das cooperativas já existentes em cooperativas de livre admissão em localidades com menos de 750 mil habitantes, o objetivo básico da cooperativa de crédito é a defesa econômica de seus associados por meio de ajuda mútua (BRASIL 1971).

De acordo com (FELIPPE JR., 1993), a importância da ajuda mútua e cooperação entre as pessoas: sendo que ao invés de esperar que um grupo, detentor do capital organize-se para atender as necessidades de abastecimento e fornecimento de bens essenciais, os próprios membros de uma comunidade, um bairro em empresa, um agrupamento de pequenas empresas, poderão encarregar-se disso, juntando suas economias para um pequeno negócio, de cuja administração todos participem em igualdade de condições e onde todos possam obter benefícios.

Na relação com seus associados, a cooperativa de crédito não objetiva lucro. O capital da cooperativa é representado por quotas-parte e não tem limite

máximo. A quota-parte é individual, intransferível para não-associados e não poderá ser negociada nem dada como garantia. Poderá ingressar na cooperativa de crédito de livre admissão qualquer pessoa física que não desenvolva atividades que conflitem com as da associação (FELIPPE JR., 1993).

Para associar-se, o interessado deverá, voluntariamente, preencher proposta fornecida pela cooperativa, que será submetida, ao Conselho de Administração. Se aprovada, o candidato deverá subscrever quotas-parte de capital, ingressando na sociedade após assinatura no livro de matrícula. Estas podem ser subscritas de duas maneiras: no momento de ingresso do associado ou durante o funcionamento, ou seja, uma pequena porcentagem mensalmente ou em suas operações de crédito (FELIPPE JR., 1993).

As mudanças na legislação incentivaram o cooperativismo de crédito; levantamento realizado pelo SEBRAE em 2009 relata que o cooperativismo tem crescido a taxas elevadas, acima de 10% ao ano (FELIPPE JR., 1993).

2.3 CRÉDITO

Conforme (SCHRICKEL, 2000) o vocábulo “crédito” deriva da palavra latina “*credere*”, que significa acreditar, ou seja, confiar; é a forma de obter recursos para destinar a algum empreendimento ou atender a alguma necessidade. Ainda destaca (SCHRICKEL, 2000) que crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após de decorrido o tempo estipulado.

Ou ainda segundo (SANTOS, 2010), crédito é definido como modalidade de financiamento destinado a possibilitar as realizações comerciais entre empresas e seus clientes. O crédito concedido pelas instituições financeiras tem como principal finalidade proporcionar, viabilizar e concretizar a realização de negócios de qualquer natureza.

Segundo (SILVA, 2008), captar recursos junto aos agentes econômicos com posição orçamentária superavitária e financiar as necessidades de investimentos e consumo dos agentes com a situação orçamentária deficitária tem sido o papel histórico dos bancos.

Outro conceito importante é descrito por (BECKMAN, 1949) a oferta de crédito por parte de empresas e instituições financeiras deve ser vista como importante recurso estratégico para alcançar a meta principal da administração financeira, ou seja, a de atender às necessidades de todos os supridores de capital e agregar valor ao patrimônio dos acionistas.

Crédito refere-se à troca de um valor presente por promessa de reembolso futuro, não necessariamente certo, em virtude do fator de risco, daí a necessidade de que o credor faça uma análise cuidadosa da capacidade financeira de cada cliente, antes da concessão do crédito (BECKMAN, 1949).

2.4 SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO

A Resolução nº 3.106, de 25/06/2003 do Banco Central do Brasil apresenta as condições para constituição, autorização e alteração de funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil, devido a essa normatização, são equiparadas às demais instituições financeiras em todos os seus direitos, deveres e obrigações. O cooperativismo contribui com a política de desenvolvimento nacional, promovendo a expansão das pequenas e médias empresas por meio da ajuda mútua entre as pessoas, comunidades e povos. Esta por sua vez foi a principal alavanca para grandes realizações cooperativas.

De acordo com (SCHARDONG, 2002, p.69), “a personalidade do Sistema de Crédito Cooperativo funda-se na coletividade de pessoas físicas e jurídicas [...] as quais juntas formam um ser social que, antes mesmo de se manifestar externamente, já possui vida jurídica própria”.

A Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2014), define o sistema de crédito cooperativo como um dos principais valores as soluções dos problemas comuns por meio da união, a ajuda mútua e integração entre as pessoas. Tem como um dos princípios, a busca da correção de desníveis e injustiças sociais, com a repartição igualitária e harmoniosa de bens e valores constantes do patrimônio da cooperativa.

As cooperativas de crédito buscam alternativas e estratégias para competir com as demais instituições financeiras, principalmente com os bancos comerciais. Nas cooperativas, todos os clientes/associados são donos do empreendimento, assim como previsto no dispositivo legal da Resolução nº 3.106,

de 25/06/2003, quando diz, “para que a pessoa física ou jurídica possa participar das cooperativas de crédito, exigirá que se tenha adquirido quota do capital social da cooperativa” (SCHARDONG, 2002)

Na cooperativa a liberação de crédito consiste em colocar à disposição do associado, determinado valor monetário em determinado momento, em contrapartida à promessa de pagamento em data futura, efetuada por meio da cédula de crédito bancário, mediante o pagamento de uma taxa de juros acordada (SECURATO, 2007).

Em sua essência o crédito, ou mais propriamente a operação de crédito, é uma operação de empréstimo que sempre pode ser considerada dinheiro, ou caso comercial equivalente a dinheiro, sobre o qual incide uma remuneração que denominamos juros (SECURATO, 2007).

É nesta forma que o sistema de crédito cooperativo busca por intermédio da ajuda mútua uma melhor administração dos recursos financeiros, com o objetivo de prestar assistência creditícia e oferecer produtos e serviços de origem financeira a seus associados com condições vantajosas e favoráveis (SECURATO, 2007).

2.5 DEFINIÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

Todas as vezes que uma instituição financeira concede um empréstimo ou um financiamento está assumindo o risco de não receber, ou seja, o cliente pode não cumprir a promessa de pagamento (SILVA, 2010).

As razões que levam o cliente ao não cumprimento da promessa podem estar relacionadas ao seu caráter, a sua capacidade de gerir os negócios, aos fatores externos adversos ou a sua incapacidade de gerar caixa. Mesmo a garantia, não devendo ser fator decisivo para concessão do empréstimo ou de um financiamento, alguns tipos de operações devem ser respaldados por garantias que equilibrem e compensem as fraquezas relacionadas às demais variáveis implícitas no risco de crédito (SILVA, 2010). Conforme Schrickel (2000, p.35), “risco significa incerteza, imponderável, imprevisível, e estes, a incerteza a imponderabilidade e a imprevisibilidade situam-se, necessária e unicamente, no futuro”. A boa qualidade da carteira de crédito da instituição é um fator de segurança para os acionistas e para seus depositantes.

O *rating* é uma avaliação de risco. Esta avaliação é feita por meio da mensuração e ponderação das variáveis determinantes do risco da empresa. O *rating* é apresentado por meio de um código ou classificação que fornece uma graduação do risco. Os serviços de *rating* são utilizados normalmente por credores e investidores como uma medida de expectativa de cumprimento de uma obrigação numa data certa (SCHRICKEL, 2000). Segundo Santos (2010, p.193) *ratings* são:

Os *ratings* são opiniões sobre a capacidade futura dos devedores de efetuarem, dentro do prazo, o pagamento do principal e dos juros de suas obrigações. Assim, refletem o conjunto de observações e percepções de risco das agências especializadas, e não devem, em hipótese alguma, ser utilizados isoladamente como parâmetro para justificar decisões em propostas de crédito.

No Brasil, a Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do Banco Central do Brasil, determinou as escalas de classificação de risco e fixou os respectivos percentuais de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa.

Nas instituições financeiras, a graduação do risco de crédito do cliente cumpre dois papéis; primeiro serve como referencial para identificar a chance de perda de uma determinada operação e orientar na precificação do empréstimo ou financiamento e em seu segundo papel, atende as exigências das autoridades monetárias do país, que segue uma prática internacional de utilização de sistemas de classificação de risco (*rating*) como forma de graduar o risco da carteira de crédito de uma instituição financeira e, conseqüentemente, orientar o provisionamento dos créditos de liquidação duvidosa (SILVA, 2014). A classificação adotada pela Resolução nº2.682/99 definiu as classes de risco e o respectivo provisionamento para as operações de crédito abrangida em classe (Tabela 1):

Tabela 1. Classificação de Risco Provisionamento.

Classe de Risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Provisionamento	0,0%	0,5%	1,0%	3,0%	10%	30%	50%	70%	100%

Fonte: Cooperativa Sul SC, (2017).

A classe AA é a que representa menor risco, para a qual não há provisionamento para crédito de liquidação duvidosa, tem-se a classe H, para a qual há um provisionamento de 100%, ou seja, o Banco Central do Brasil está admitindo que operações com essas características de ser provisionadas em sua totalidade. A Resolução nº 2.682/99 determina, também, que as operações sejam revisadas

mensalmente, com base nos atrasos, e que os dias de atraso impõem automaticamente nova classificação de risco (Tabela 2).

Tabela 2. Classificação de Risco.

Dias de Atraso	Até 14 dias	De 15 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 150 dias	De 151 a 180 dias	Acima de 180 dias
Classe de Risco	A	B	C	D	E	F	G	H

Fonte: Cooperativa Sul SC, (2017).

Portanto, uma operação com mais de 180 dias de atraso necessariamente será classificada como risco H e terá provisionamento de 100% para crédito de liquidação duvidosa.

2.6 CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Pode-se classificar os riscos de crédito de uma instituição financeira em três grupos: (i) risco do cliente; (ii) risco da operação; (iii) risco de concentração; (SILVA, 2014).

2.6.1 Risco do Cliente

Essa classificação possibilitará melhor decisão na precificação do empréstimo ou financiamento levando a uma adequada escolha de garantias. Os C's do Crédito são muito utilizados neste quesito, pois contêm as variáveis relacionadas ao risco do cliente (risco intrínseco), as quais poderão fornecer a base para classificação do risco (*rating*).

2.6.2 Risco da Operação

Uma linha de crédito carrega características de riscos inerentes a sua finalidade e sua natureza. Os principais componentes de uma operação são: (i) o produto; (ii) o montante; (iii) o prazo; (iv) a forma de pagamento; (v) as garantias; e (vi) o preço. Cada um desses componentes tem sua potencialidade de risco. A inadequação na determinação do produto ou do valor pode levar o tomador à

inadimplência. O prazo de uma operação tem peso significativo no risco de crédito e as garantias com seu grau de liquidez, por sua vez, tornam-se importantes para fortalecimento do cumprimento da promessa de pagamento.

2.6.3 Risco de Concentração

O risco de concentração decorre da composição da carteira de recebíveis da instituição financeira, quanto à maior ou menor concentração que a mesma apresenta, ou seja, a carteira de crédito da instituição financeira pode estar concentrada num determinado segmento de atividade econômica, numa região geográfica ou num produto específico agravando o risco destas carteiras.

2.7 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.7.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um relatório contábil gerado após o registro de todas as movimentações financeiras de uma empresa em determinado período. Esses registros dos fatos contábeis são aqueles que constam no livro diário da empresa. Essa demonstração informa toda a situação patrimonial, ou seja, os bens, direitos e obrigações de uma empresa. Além disso, é possível identificar todos os investimentos e suas fontes de recursos. Por esses motivos e outros que ele, junto com uma Demonstração de Resultado do Exercício é uma excelente fonte de informação para o planejamento e ação nas empresas (IUDICIBUS, 2002).

O balanço patrimonial para (IUDICIBUS, 2002) é obrigatório para todos os empresários e sociedades com duas exceções previstas (empresários rurais e microempresas) e sua estrutura é uma consequência das partidas dobradas aonde para um ou mais crédito existirá um ou mais débito de mesmo valor.

Os "pequenos empresários" são as empresas familiares onde a própria família trabalha nela e não tem empregados contratados, não os se confundindo com os donos de empresa de pequeno porte (EPP) (IUDICIBUS, 2002). Em sentido amplo, o balanço evidencia a situação patrimonial da empresa em determinada data.

2.7.2 DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

A DRE é um tipo de demonstração financeira que tem como foco principal compilar as informações financeiras da empresa a fim de formar o resultado líquido do exercício, ou seja, o lucro ou prejuízo resultante da operação. A formação desse resultado se dá pela definição de todas as receitas da empresa, seus custos e despesas conforme o princípio contábil do Regime de Competência de contas, por essas e outras que o DRE é uma das principais demonstrações contábeis (IUDICIBUS, 2002).

Embora sejam elaboradas anualmente, para autor (IUDICIBUS, 2002), para fins de divulgação, em geral são feitas mensalmente pela administração e trimestralmente para fins fiscais. As Demonstrações de Resultados, podem ser utilizadas como indicadores de auxílio a decisões financeiras.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. São exemplos de pesquisa descritiva as pesquisas mercadológicas e de opinião (BARROS E LEHFELD, 2007).

Quanto aos procedimentos caracteriza-se como bibliográfica com estudo de caso e documental, onde foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (BARROS, 2007). O estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Já a pesquisa documental tem como fonte documentos no sentido amplo. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007).

Quanto à abordagem ao problema caracteriza-se como pesquisa qualitativa e quantitativa.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para identificar a relação sobre os créditos solicitados na cooperativa, uma pesquisa com base em análise de dados dos anos de 2015 a 2017 foi realizada, onde por meio de registro em uma planilha *Excel*, dos créditos solicitados, ramos de atividade, prazo, garantia, esta planilha foi preenchida em forma de perguntas com os associados da Cooperativa Sul SC. O preenchimento desta

planilha só se concretizaria caso o crédito fosse aprovado, ou seja, liberado ao associado.

Para que o crédito fosse concedido, alguns procedimentos adotados pela cooperativa são realizados: onde primeiramente é preenchido uma planilha das informações juntamente com o associado, em seguida é realizado visitas em sua empresa e identificado o porquê da solicitação de crédito, nestas visitas o Gerente de Negócios, tem que observar alguns pontos importantes como: em que condições a empresa se encontra, se ela está mal estruturada, se possui estoque, como está a produção, se realmente possui venda e se realmente possui a garantia informada além de um detalhamento da mesma.

Depois de identificado estes pontos são informados em um parecer técnico todos os pontos encontrados na visita e anexado juntamente com a proposta, juntamente com fotos da empresa. Este material é enviado para a análise de crédito onde, um analista irá identificar se a empresa possui capacidade de pagamento para a linha solicitada, após emissão do parecer preliminar, em caso de a linha solicitada não identificar uma capacidade de pagamento, é enviado um ajuste na proposta juntamente com uma orientação de quanto se pretende ofertar, com prazo, garantia e balanço perguntado.

4. ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se a história da cooperativa de crédito, Cooperativa do Sul SC, os principais mercados, em seguida, apresentam-se os temas, cooperativa de crédito, sistema financeiro nacional e por último crédito e sistema de crédito cooperativo.

4.1 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

No final dos anos 1990, os empresários associados da Associação Empresarial de Criciúma – ACIC detectaram a necessidade das micro e pequenas empresas filiadas a terem acesso a crédito. Nas instituições financeiras bancárias tradicionais estas empresas possuíam acesso restrito e com taxas elevadas. Assim, a diretoria desta associação lança a idéia de constituição de uma cooperativa de crédito, para amenizar estes problemas.

Desta idéia, é constituída em 13 de Julho de 1999, a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Confeccionistas do Vestuário da Região Sul Catarinense – ACICREC, filiando-se ao Sistema Sicoob. O início, assim como de qualquer empreendimento, passou por dificuldades, desde a inexperiência de seus primeiros dirigentes com as atividades do mercado financeiro, pelo quadro de colaboradores sem muitas afinidades com as operações financeiras, pelo patrimônio líquido da cooperativa bastante limitado e ainda por suas instalações serem no primeiro andar, dentro do prédio sede da Associação Empresarial de Criciúma – ACIC, que limitava o acesso de seus atuais associados e conhecimento por parte de outros possíveis associados.

Até 2005, a Cooperativa funcionou nas condições acima citadas, tendo durante este período, crescimento bastante limitado. Neste ano, por decisão conjunta da diretoria da ACIC e da Cooperativa, a sede passa para novas instalações, na Rua Central do município de Criciúma, melhorando assim sua visualização no mercado. Com esta iniciativa apresentou crescimento moderado até 2007, mas ainda possuía problemas de patrimônio limitado e de baixo conhecimento de seus colaboradores nas atividades do mercado financeiro.

Em 2007, a diretoria da Cooperativa, capitaneada por seu atual presidente Aloisio Westrup, resolve buscar formas de ampliar seu crescimento e desenvolvimento. Inicia, nos primeiros meses deste ano, contatos com a diretoria da Cooperativa Central de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul, para a possibilidade de ingressar no quadro de afiliadas desta Cooperativa. Este processo se concretiza em 01 de julho de 2007, com a migração de suas operações e atividades, passando a ser uma das cooperativas filiadas a Central de Crédito Rio Grande do Sul. Começa então o processo de profissionalização de sua equipe e de padronização de suas atividades, sob orientação da Central.

Em julho de 2011, a cooperativa tem aprovado, pelo Banco Central do Brasil (BACEN), seu projeto de transformação em cooperativa de crédito de livre admissão de associados, alteração está aprovada em Assembléia Geral Extraordinária em 25 de agosto de 2011. A cooperativa passa a se denominar Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Extremo Sul Catarinense – com nome fantasia: Cooperativa Extremo Sul SC. Em outubro deste mesmo ano, em outra Assembléia Geral Extraordinária, seus associados aprovam o projeto de incorporação da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina – Cooperativa Sul Catarinense, que tinha sede na cidade de Tubarão – SC.

Esta incorporação foi aprovada pela assembléia conjunta das duas cooperativas em 01 de Novembro de 2011, passando a nova cooperativa a se denominar: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sul do Estado de Santa Catarina – Cooperativa Sul SC. Estas mudanças, que tiveram início em 2007, com a filiação da cooperativa ao Sistema da Central de Crédito do Estado do Rio Grande do Sul, geraram um forte crescimento e desenvolvimento da Cooperativa, tanto em números de associados, como em seu patrimônio líquido, seus depósitos totais, suas operações de crédito e conseqüentemente, suas sobras líquidas.

4.2 OBJETIVOS DA ANÁLISE DE CRÉDITO

A importância da realização de análises de crédito nesta instituição financeira vai além de simples formalidade de contrato, uma vez que se deve levar

em consideração os riscos de crédito inerentes a cada proposta formalizada. Conceder um crédito é confiar ao associado valores ou bens por meio da promessa do cumprimento futuro desta obrigação, sendo, assim, imprescindível que se busque trabalhar com o máximo de informações possível para garantir maior probabilidade de retorno do que fora emprestado.

A partir daí, entende-se que as análises funcionam como uma importante ferramenta no combate à inadimplência, uma vez que levam a concessões mais seguras baseadas em dados fundamentados, e não em hipóteses. O conceito de Roteiro Sintético aplicado na cooperativa vem justamente com o intuito de mitigar os riscos, buscando elencar ordenadamente o máximo de informações baseadas nos conceitos dos C's de Crédito, para embasar decisões mais precisas.

Os C's de crédito e sua relação com a metodologia de análise aplicada na cooperativa estão definidos da seguinte forma:

- **Caráter:** Trata-se da intenção de pagamento do devedor, descrita no item “Relacionamento e Comportamento do Associado no Mercado” do Roteiro Sintético;
- **Capital:** Refere-se à situação econômico-financeira e patrimonial do associado, apresentada no item “Avaliação Econômico Financeira” do Roteiro Sintético;
- **Capacidade:** Habilidade de cumprir as obrigações assumidas, por meio do gerenciamento de suas atividades, descrita no item “Performance do Associado na Atividade” do Roteiro Sintético;
- **Condições:** Trata-se da análise do ambiente externo e macroeconômico, do qual o associado não possui qualquer controle. Tal análise é realizada no item “Análise de Mercado e Fatores Externos” do Roteiro Sintético;
- **Colateral:** Refere-se às garantias, como compromisso adicional à obrigação assumida.

Além dos C's de crédito, é de grande importância que sejam detalhados os dados da proposta, com os produtos, prazos, taxas e valores solicitados, e a análise da conformidade do requerido com a finalidade da proposta.

4.3 PRINCIPAIS MERCADOS

A Cooperativa Sul SC possui uma área de atuação que fica entre Imbituba até Passo de Torres. Desde julho de 2011 a Cooperativa trabalha com a Livre Admissão de Associados, o que significa a liberdade para atender associados enquadrados como Pessoas Físicas e/ou Jurídicas que buscam soluções financeiras adequadas ao seu cotidiano. Atualmente a cooperativa possui onze agências, situadas nos seguintes municípios: São Martinho, Tubarão, Morro da Fumaça, Criciúma, Forquilha, Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Imbituba.

A cooperativa possui escala nacional com a estrutura sistemática, mas sua atuação é regional, atualmente a cooperativa está em 20 estados brasileiros, 1.168 cidades, 180 municípios, sendo a única instituição financeira, 3,5 milhões de associados.

Seu foco de atendimento são as micro e pequenas empresas, sabendo da importância delas para o desenvolvimento regional. Na (Figura 1), é possível observar o mapa da área de atuação da Cooperativa Sul, SC.

Figura 1. Área de abrangência da Cooperativa Sul, SC.



Fonte: Cooperativa Sul SC, (2017).

4.4 PRINCIPAIS PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS

Os principais produtos e serviços que a Cooperativa disponibiliza aos seus associados são: Conta corrente PF e PJ, depósitos a vista e a prazo, créditos e demais produtos que se ilustrados e apresentados nos (*Quadro 1e Quadro 2*):

Quadro 1. Produtos Pessoa Física.

Produtos Pessoa Física	
Conta Corrente	Poupança
Cartões de Débito e Crédito	Créditos Pessoais
Depósitos a Vista e a Prazo	Crédito Rural
Seguros	Financiamentos de Veículos
Previdência	Débito Automático

Fonte: Cooperativa Sul SC, (2017).

Quadro 2. Produtos Pessoa Jurídica.

Produtos Disponíveis Pessoa Jurídica	
Conta Corrente	Desconto e Custódia de Títulos
Cobrança	Depósito a Prazo
Domicílio Bancário	Cartão Crédito/Débito e BNDES
Folha de Pagamento	Cheque Especial
Previdência Privada	Capital de Giro

Fonte: Cooperativa Sul SC, (2017).

A cooperativa conta ainda com serviços de Caixas Eletrônicos, serviços via Internet, telefone fixo e aplicativos em *smartphones*, além de câmbio e consórcio. Um portfólio completo aos seus associados.

4.5 PERFIL DOS FUNCIONÁRIOS

As funções da Cooperativa Sul SC, estão distribuídas da seguinte forma: Presidente, Vice-Presidente, Diretor Executivo, Superintendente, Gerente Regional Administrativo Financeiro, Gerente de Desenvolvimento, Gestão de Pessoas, Gerente de Expansão, Gerente de Cobrança, Gerente de Comunicação e Marketing,

Gerentes de Agências, Gerentes Administrativos Financeiros, Gerentes de Negócios PF e PJ, Caixas, Assistente de Negócios, Assistente de Atendimento, Estagiários e Menores Aprendiz. A cooperativa conta com 119 colaboradores, sendo entre eles 67 mulheres e 52 homens, correspondendo aproximadamente 55% do quadro de colaboradores, distribuídas em todas as funções, exceto na Presidência.

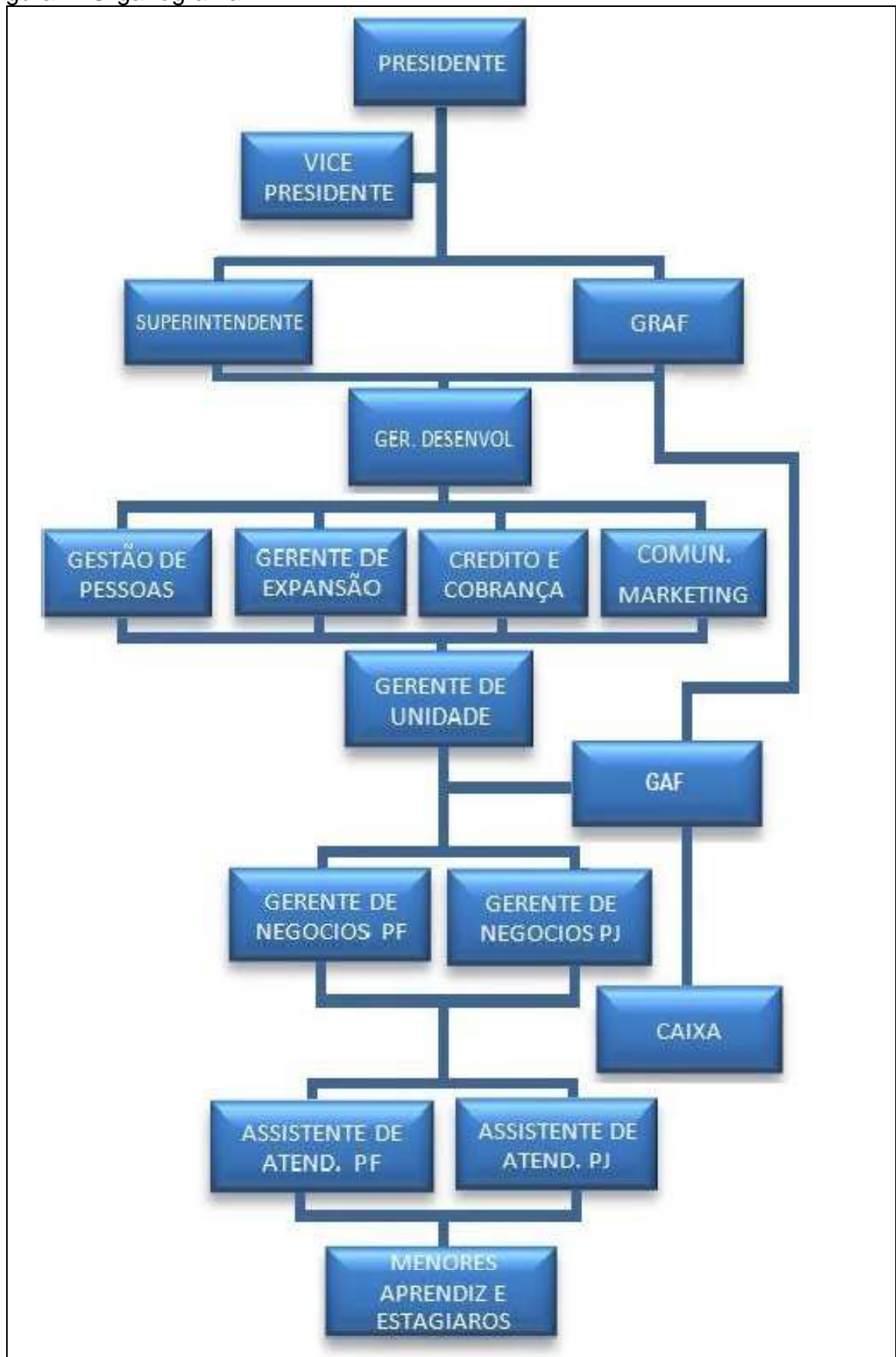
4.6 ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional apresenta doze níveis de hierarquia, subdividas em área comercial e administrativa. Onde na área comercial representam desde os setores de pessoas físicas ou pessoas jurídicas os assistentes de atendimento e estagiários, que respondem aos Gerentes de Negócios respectivos e estes respondem aos Gerentes de Agência, que por sua vez respondem ao Gerente de Desenvolvimento que por sua vez responde ao Diretor executivo e por fim responde ao Presidente.

Já na área administrativa o colaborador de Caixa responde ao Gerente Administrativo Financeiro e este consequentemente ao Gerente Regional Administrativo Financeiro e a Presidência da Cooperativa. Conforme organograma abaixo (*Figura 2*).

O fluxo deste organograma representa a forma de comunicação entre os membros responsáveis desta organização: Presidente, Vice-Presidente, Diretor Executivo, Superintendente, Gerente Regional Administrativo Financeiro, Gerente de Desenvolvimento, Gestão de Pessoas, Gerente de Expansão, Gerente de Cobrança, Gerente de Comunicação e Marketing, Gerentes de Agências, Gerentes Administrativos Financeiros, Gerentes de Negócios PF e PJ, Caixas, Assistente de Negócios, Assistente de Atendimento, Estagiários e Menores Aprendiz.

Figura 2. Organograma.



Fonte: Cooperativa Sul SC, (2017).

4.7 MISSÃO, VISÃO E VALORES

Um dos aspectos mais importantes senão o mais diretivo e o que mais orienta, para o pleno exercício da liderança compartilhada é o estabelecimento de missão, visão e valores, pois estes representam a identidade organizacional. Neste sub-item do estudo de caso, é apresentada a Missão, a Visão e os Valores da cooperativa.

4.7.1 Missão

Como sistema cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeira para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

4.7.2 Visão

Ser reconhecido pela sociedade como instituição financeira cooperativa, comprometida com o desenvolvimento econômico e social dos associados e das comunidades, com crescimento sustentável das Cooperativas, integradas em um sistema sólido e eficaz.

4.7.3 Valores

- Preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio;
- Respeito à individualidade do associado;
- Valorização e desenvolvimento das pessoas;
- Preservação da instituição como sistema;
- Respeito às normas oficiais e internas;
- Eficácia e transparência na gestão;

4.8 ENQUADRAMENTO DAS EMPRESAS QUANTO AO FATURAMENTO

As análises de crédito realizadas na Cooperativa são desenvolvidas de acordo com o método de roteiro sintético específico para cada segmentação de análise, com a finalidade de mitigação do risco, conforme abaixo:

- 1 Pessoa Jurídica – MEI (Receita Bruta Anual até R\$ 60.000,00), ME (Receita Bruta Anual até R\$ 360.000,00) e EPP (Receita Bruta Anual superior a R\$ 360.000,00, até R\$ 3.600.000,00);
- 2 Pessoa Jurídica – Pequena (Receita Bruta Anual superior a R\$ 3.600.000,00, até R\$ 6.000.000,00) e Pequena Média Empresa (Receita Bruta Anual superior a R\$ 6.000.000,00, até R\$ 16.000.000,00);
- 3 Pessoa Jurídica – Média Empresa (Receita Bruta Anual superior a R\$ 16.000.000,00, até R\$ 90.000.000,00);
- 4 Pessoa Jurídica – Média Grande (Receita Bruta Anual superior a R\$ 90.000.000,00, até R\$ 300.000.000,00)
- 5 Grande Empresa (Receita Bruta Anual superior a R\$ 300.000.000,00);

Segundo o levantamento específico para cada segmentação de análise, estes são os exemplos conforme faixa receita bruta anual que se deve levar em consideração para atuar na mitigação dos possíveis riscos associados.

4.9 ANÁLISE DE CRÉDITO PARA PESSOA JURÍDICA – MEI, ME, EPP

A fim de facilitar o processo de concessão de crédito para empresas de menor porte (Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), atribuem-se procedimentos mais simplificados de análise, com relação de documentos reduzida e composição simplificada do roteiro sintético. Abaixo, subdivide-se, para as três modalidades de PJ, a relação de documentos necessários e a avaliação econômico-financeira. Os demais itens que compõem o roteiro sintético são destinados às três classificações, sem subdivisão.

Microempreendedor Individual (MEI) com faturamento bruto anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), o Microempreendedor Individual não possui

obrigatoriedade de emissão de demonstrativos financeiros e por este motivo, realiza-se uma análise mais simplificada baseada na seguinte relação mínima de documentos (Quadro 3):

Quadro 3. Relação de Documentos MEI.

Relação de Documentos – PJ MEI	Empresa Proponente	Garantidor	Grupo de Crédito da Proponente
Faturamento dos últimos 12 meses (emitido há no máximo 120dias)	X		
Balanco perguntado	X		
Declaração Anual do Simples Nacional	X		
Cadastro Completo do Associado	X	X	
Consulta aos Bureaus de Crédito – Serasa e/ou SCPC	X	X	X
Consulta ao SCR do BACEN	X	X	X
Relatório de Tradição do Associado	X	X	
Comprometimento do associado na cooperativa	X	X	X
Solicitação de crédito ou Limite de Crédito	X		
Relação Mensal de Despesas	X		
Consulta da situação do CNPJ no site da Receita Federal	X		

Fonte: Cooperativa Sul SC, (2017).

Microempresa (ME) com faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), as Microempresas contam com uma análise diferenciada, baseada em dados qualitativos, necessitando somente da seguinte relação mínima de documentos (Quadro 4):

Quadro 4. Relação de documentos ME.

Relação de Documentos – PJ ME	Empresa Proponente	Garantidor	Grupo Econômico da Proponente	Grupo de Crédito da Proponente
Balanco Patrimonial do último exercício	X			
DRE do último exercício	X			
Faturamento dos últimos 12 meses (emitido há no máximo 120dias)	X			
Relação Mensal das Despesas	x			
Declaração Anual do Simples Nacional	X			

Relação de Documentos – PJ ME	Empresa Proponente	Garantidor	Grupo Econômico da Proponente	Grupo de Crédito da Proponente
Cadastro Completo do Associado	X	X	X	
Consulta aos Bureaus de Crédito – Serasa e/ou SCPC	X	X	X	X
Consulta ao SCR do BACEN	X	X	X	X
Relatório de Tradição do Associado	X	X		
Comprometimento do associado na cooperativa	X	X	X	X
Solicitação de crédito ou Limite de Crédito	X			
Consulta da situação do CNPJ no site da Receita Federal	X			

Fonte: Cooperativa Sul SC.

Empresas de Pequeno Porte (EPP) Para as Empresas de Pequeno Porte, que possuem faturamento bruto anual superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), realiza-se análise baseada na seguinte documentação (Quadro 5):

Quadro 5. Relação de Documentos EPP.

Relação de Documentos – PJ EPP	Empresa Proponente	Garantidor	Grupo Econômico da Proponente	Grupo de Crédito da Proponente
Balço Patrimonial dos últimos 3 exercícios	X			
DRE dos últimos 3 exercícios	X			
Balancete Atualizado (emitido há no máximo 6 meses)	X			
Contrato Social última alteração contratual	X			
Faturamento dos últimos 12 meses (emitido há no máximo 120 dias)	X			
Cadastro Completo do Associado (Atualizado até 365 dias)	X	X	X	
Consulta aos Bureaus de Crédito – Serasa e/ou SCPC	X	X	X	X
Consulta ao SCR do BACEN	X	X	X	X
Relatório de Tradição do	X	X		

Relação de Documentos – PJ EPP	Empresa Proponente	Garantidor	Grupo Econômico da Proponente	Grupo de Crédito da Proponente
Associado				
Comprometimento do associado na cooperativa	X	X	X	X
Solicitação de crédito ou Limite de Crédito	X			
Consulta da situação do CNPJ no site da Receita Federal	X			

Fonte: Cooperativa Sul SC (2017).

Além de toda a documentação, para que haja maior qualidade e segurança na concessão de crédito, é importante contar com o máximo de informações oriundas de cadastros completamente preenchidos e pareceres relevantes que complementem a análise e facilitem a tomada de decisão. Para isso, é necessário constar nos relatórios dos Gerentes de Negócios, os seguintes itens para questionamento ao associado PJ:

Necessidade do crédito: motivos; coerência com os valores e produtos solicitados;

Qualificação do associado e processo sucessório: tempo na atividade, formação e dados profissionais em geral dos sócios; avaliação do processo sucessório da empresa;

Projeções financeiras: planos de investimento (O que irá adquirir? Quando? Quanto irá custar? Como irá pagar?); faturamento previsto para o exercício em curso e/ou próximo exercício e o motivo para o caso de redução ou aumento da receita; demais alterações previstas;

Avaliação do negócio da empresa e da concorrência: qualidade dos produtos e/ou serviços; concorrência do setor.

4.10 RESULTADOS

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o acompanhamento de crédito, onde é demonstrado em uma planilha em seguida o material utilizado para verificação de concessão de crédito.

4.10.1 Acompanhamento de crédito

No período entre 2015 a 2017 foi realizado uma pesquisa de acompanhamento de crédito onde as solicitações de créditos eram cadastradas em uma planilha no qual consta abaixo, esta planilha conta com as seguintes definições, tamanho da empresa (pequena, média ou grande), o ramo de atividade, valor concedido, a linha de crédito deferida pelo gerente, garantia de proposta e prazo.

Foi constatado que neste período, houve uma liberação de crédito comercial em geral um total de R\$ 6.415.000,00 em números para uma agência representa um valor abaixo, porém como neste período o país passou ou ainda está passando por uma crise política a demanda de crédito caiu relativamente.

Analisando a Tabela 3, realizou-se um comparativo entre os ramos de atividade com valores solicitados acima de R\$100.000,00.

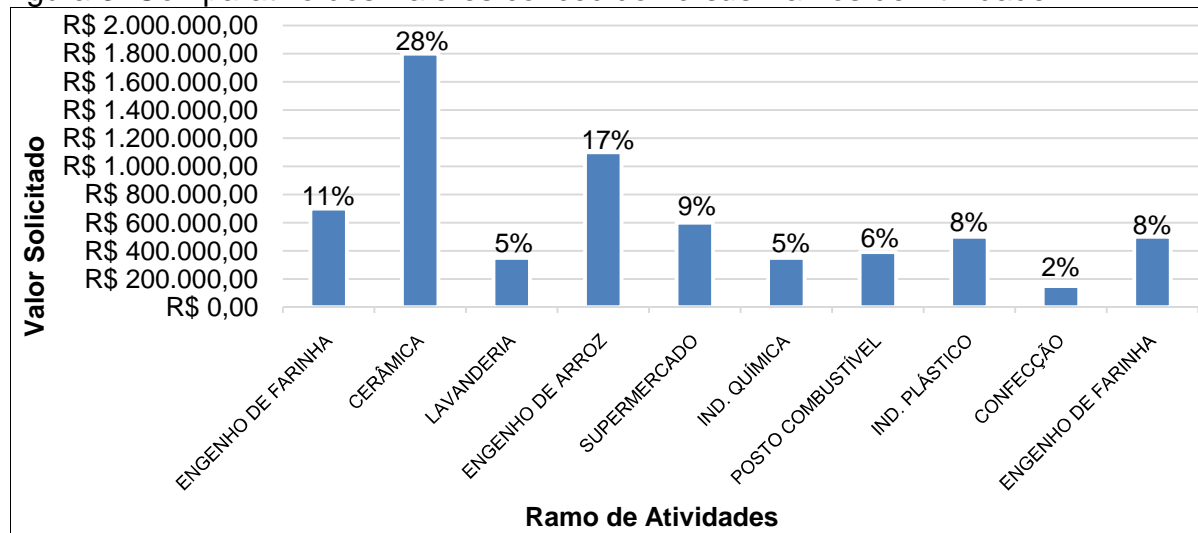
Tabela 3. Acompanhamento de crédito.

TAMANHO	RAMO DE ATIVIDADE	VALOR CONCEDIDO	LINHA DO PEDIDO	GARANTIA	PRAZO
Grande	Engenho De Farinha	R\$ 700.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Pequena	Construtora	R\$ 30.000,00	Capital De Giro	Veículo	24x
Média	Cerâmica Vermelha	R\$ 650.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Grande	Cerâmica Vermelha	R\$ 770.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Grande	Cerâmica Vermelha	R\$ 380.000,00	Capital De Giro	Imóvel	24x
Grande	Lavanderia	R\$ 350.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Média	Cerâmica Vermelha	R\$ 100.000,00	Investimento	Veículo	36x
Pequena	Comércio Tintas	R\$ 15.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Pequena	Com. Eletrônicos	R\$ 10.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Grande	Engenho De Arroz	R\$ 1.100.000,00	Bndes - Fgpp	Estoque	1x
Pequena	Transp. De Cargas	R\$ 20.000,00	Cdc - Veículo	Veículo	24x
Grande	Supermercado	R\$ 600.000,00	Imóvel	Imóvel	36X
Média	Ind. Química	R\$ 150.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Média	Ind. Química	R\$ 200.000,00	Rotativo	Aval	1x
Grande	Posto Combustível	R\$ 140.000,00	Rotativo	Aval	1x
Grande	Posto Combustível	R\$ 250.000,00	Capital De Giro	Imóvel	24x
Grande	Ind. Plástico	R\$ 500.000,00	Capital De Giro	Imóvel	36x
Pequena	Acessórios Carros	R\$ 20.000,00	Capital De Giro	Aval	24x
Média	Confecção	R\$ 150.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Média	Engenho De Farinha	R\$ 500.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
Pequena	Mat. De Construção	R\$ 30.000,00	Capital De Giro	Veículo	36x
Pequena	Comércio Roupas	R\$ 20.000,00	Desc. De Recebíveis	Recebíveis	
		R\$ 6.415.000,00			

Fonte: Do autor, 2017.

Na figura 3, pode-se identificar que o ramo de atividade Cerâmica de tijolos vermelhos possui o maior valor de crédito concedido, atingindo R\$ 1.800.000,00, seguido das empresas do segmento de Engenhos de Arroz com valor pouco acima de R\$ 1.000.000,00.

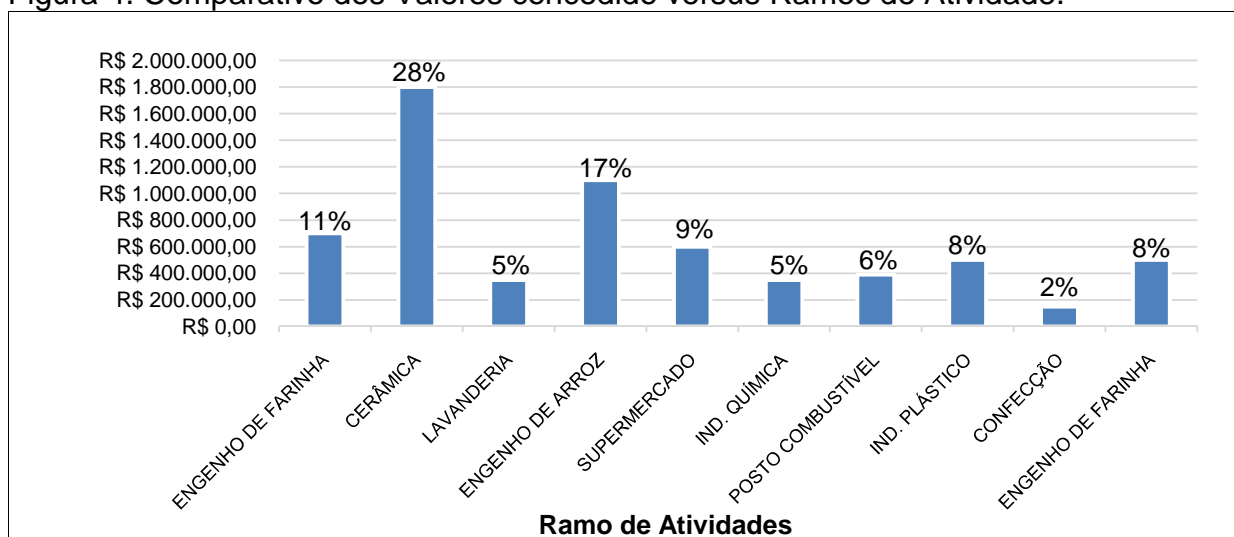
Figura 3. Comparativo dos Valores concedido *versus* Ramos de Atividade.



Fonte: Do autor, 2017.

Já a Figura 4 demonstra a relação do valor de crédito concedidos com o porte das empresas. Pode-se verificar que as empresas de porte grande tiveram o maior valor de crédito concedido atingindo mais de R\$ 4.500.000,00. Pode-se também analisar nesta tabela que as empresas de grande porte foram as que fizeram a maior procura de recurso nesse período, totalizando 9 empresas.

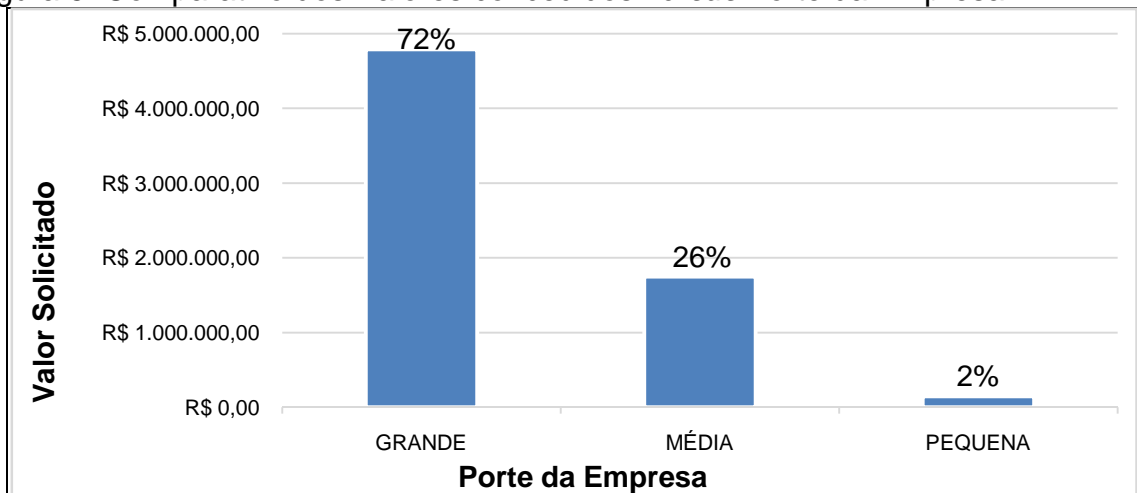
Figura 4. Comparativo dos Valores concedido *versus* Ramos de Atividade.



Fonte: Do autor, 2017.

Comparando as Linhas de Crédito com os valores concedidos na Figura 5, pode-se verificar que a linha de maior liberação de crédito é a de Descontos de recebíveis, passando dos R\$ 3.000.000,00, seguindo do crédito para Capital de giro com valor um pouco acima de R\$ 1.000.000,00.

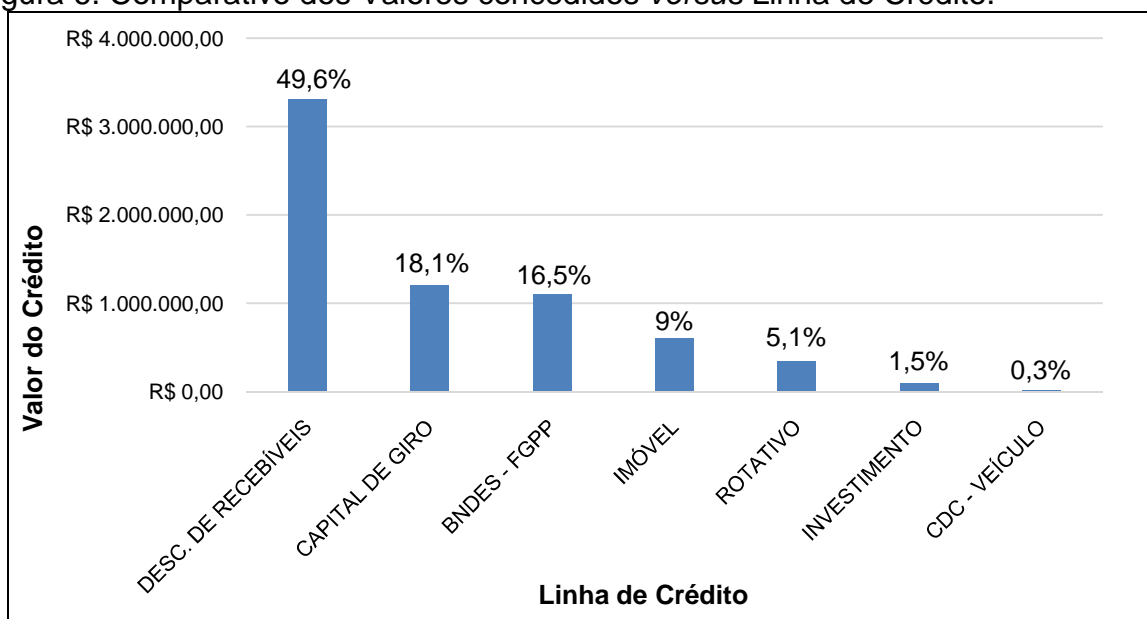
Figura 5. Comparativo dos Valores concedidos *versus* Porte da Empresa.



Fonte: Do autor, 2017.

Analisando os comparativos dos Valores concedidos *versus* Linha de Crédito, ilustrados na (Figura 6). O maior percentual esta ficou com 49,6% entre os descontos recebíveis.

Figura 6. Comparativo dos Valores concedidos *versus* Linha de Crédito.



Fonte: Do autor, 2017.

4.10.2 Balanço Patrimonial

Em alguns casos, pequenas empresas podem não emitir demonstrativos financeiros como Balanço Patrimonial (BP) e Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), presentes na relação mínima de documentos exigida pela cooperativa para análise de crédito. Para tanto, orienta-se, além da captação das demais documentações já descritas, a entrevista ao associado (proprietário, sócio majoritário ou responsável financeiro) por meio da utilização do seguinte questionário, a fim de levantar os dados necessários na construção dos demonstrativos econômico-financeiros (Balanço Patrimonial com informações atuais da empresa) (Figura 7):

Estoques: Qual o montante em produtos acabados, matéria-prima e/ou produtos para revenda, em estoque (preço de custo)?

Outros Valores a Receber a CP: Empresa possui outros direitos no curto prazo, que não se enquadrem nas contas de Disponibilidades, Aplicações Financeiras, Clientes ou Estoques? Neste item, caso o associado apresente valores expressivos, questionar a que se refere.

Outros Valores a Receber a Longo Prazo: Empresa possui outros valores a receber em prazo superior a um ano, que não se enquadrem na conta Clientes LP? Neste item, caso o associado apresente valores expressivos, questionar a que se refere.

Imobilizado: Qual o valor de mercado dos imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, e demais bens da empresa?

Participações Societárias: A empresa possui participação permanente no capital de outra sociedade?

Outros Investimentos: Possui outros investimentos (direitos não destinados à manutenção da sua atividade)? Possui algum planejamento de investimentos (reforma, aquisição de veículos, maquinários...)? Como serão financiados e para quando está planejado?

Outras Obrigações de CP: A empresa possui outros valores a pagar não especificados nas contas de Fornecedores, Salários e Encargos Sociais, Impostos a pagar ou Empréstimos e Financiamentos CP, em prazo inferior a um ano? Neste item, caso o associado apresente valores expressivos, questionar a que se refere.

Outras Obrigações de LP: A empresa possui outros valores não especificados na conta de Empréstimos e Financiamentos LP, para pagamento em prazo superior a um ano? Neste item, caso o associado apresente valores expressivos, questionar a quê se refere.

Complementarmente às questões acima, deve-se solicitar uma relação de documentos para verificação das seguintes contas:

Disponibilidades (Caixas, Bancos e Aplicações Financeiras): Extrato atualizado de conta corrente e aplicações financeiras;

Clientes (CP e LP): Relatório de contas a receber;

Fornecedores: Relatório de Contas a Pagar e Relação dos Principais Fornecedores (para verificação do comportamento de pagamentos, desembolsos médio mensais, etc.);

Salários e Encargos Sociais: Folha de Pagamentos;

Impostos a pagar: Cópia dos últimos recolhimentos. Já as contas abaixo, podem ter seus valores verificados nas ferramentas disponíveis no Sicredi ou na relação de documentos mínimos solicitados:

Empréstimos e Financiamentos CP e LP: verificação no Bureau Sicredi (SCR);

Capital Social: verificar na última alteração do Contrato Social. Deve-se somar a este valor a diferença entre: (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante) – (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante + Capital Social).

Balanço Patrimonial terá validade de 120 dias e deve ser assinado por um representante da empresa (proprietário, sócio majoritário ou responsável financeiro). Excepcionalmente, na impossibilidade de assinatura pelo representante da empresa, o documento poderá ser assinado pelo Gerente/Assistente de Negócios da Unidade, em conjunto com o Gerente de Agência.

É importante assegurar que as informações acima solicitadas sejam somente da empresa. Desclassificação dos Demonstrativos (Balanço Patrimonial e DRE): Nos casos em que a empresa emitir Balanço Patrimonial e DRE, mas constarem inconsistências ou ausência de informações suficientes para cálculo dos indicadores aplica-se o conceito de Desclassificação destes demonstrativos, sendo necessário o envio dos questionamentos (Balanço Patrimonial) ao associado e/ou a solicitação de documentação complementar para andamento da análise.

Figura 7. Formulário do Balanço Patrimonial.

NOME ASSOCIADO		CNPJ	
		XX.XXX.XXX/XXXX-XX	
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS		Data de Constituição	
		DATA DA CONSTITUIÇÃO	
1 INFORMAÇÕES PARA MONTAGEM DO ATIVO			
CIRCULANTE			
VALOR ATUAL EM CAIXA E BANCOS		5.500,00	
VALOR ATUAL EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS		-	
* VALOR A RECEBER DE CLIENTES (atual: cheques, duplicatas)		50.000,00	
* VALOR ATUAL DE PRODUTOS PRONTOS OU MERCADORIAS P/ VENDA (Considerar Preço de Custo)		70.000,00	
OUTROS VALORES A RECEBER (atual)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
VALOR A RECEBER DE CLIENTES A LONGO PRAZO (cheques, duplicatas, após 360 dias)			
OUTROS VALORES A RECEBER A LONGO PRAZO (após 360 dias)			
PERMANENTE			
* VALOR DE MERCADO DOS IMÓVEIS DA EMPRESA			
* VALOR DE MERCADO DOS VEÍCULOS DA EMPRESA		195.485,00	
* VALOR DE MERCADO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA EMPRESA			
OUTROS BENS EM NOME DA EMPRESA			
2 INFORMAÇÕES PARA MONTAGEM DO PASSIVO			
CIRCULANTE			
* VALOR ATUAL A PAGAR A FORNECEDORES (atual)		10.000,00	
* VALOR ATUAL A PAGAR EM SALÁRIOS (atual)		4.000,00	
* VALOR ATUAL A PAGAR EM IMPOSTOS (atual)		800,00	
* VALOR ATUAL A PAGAR A BANCOS NOS PRÓXIMOS 360 DIAS (atual)		40.417,68	
OUTROS VALORES A PAGAR NOS PRÓXIMOS (atual)			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
VALOR ATUAL A PAGAR A BANCOS APOS 360 DIAS		91.086,19	
OUTROS VALORES A PAGAR APOS 360 DIAS			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
* CAPITAL INVESTIDO PELOS SÓCIOS NA EMPRESA		25.000,00	
RESULTADO ACUMULADO		-	
3 INFORMAÇÕES PARA MONTAGEM DO DRE			
ESTRUTURA DE VENDAS			
* MÉDIA MENSAL DE RECEITAS / VENDAS (SOMADOS A VISTA E A PRAZO)		52.274,71	
* MÉDIA MENSAL DE IMPOSTOS SOBRE VENDAS		3.659,23	
ESTRUTURA DE CUSTOS E DESPESAS			
* MÉDIA MENSAL DO CUSTO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS VENDIDOS		19.800,00	
* MÉDIA MENSAL DE DESPESAS COM VENDAS		-	
* MÉDIA MENSAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS		600,00	
* MÉDIA MENSAL DE DESPESAS FINANCEIRAS		1.000,00	
VALORES NÃO OPERACIONAIS			
MÉDIA MENSAL DE RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			
MÉDIA MENSAL DE DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
IMPOSTO DE RENDA			
MÉDIA MENSAL DE PROVISÃO PARA PAGAMENTO DE IR			
SOBRA MÉDIA MENSAL (LUCRO)			
Cidade, xx de mês de 2017			
Empresa _____ CNPJ			

* Campos com preenchimentos obrigatórios.

Fonte: Cooperativa Sul SC (2017).

4.10.3 Análise Financeira da Empresa

Um formulário é preenchido automaticamente de acordo com o balanço perguntando, este está demonstrado na (Figura 8). Nesta análise o único campo no qual os gerentes preenchem é o endividamento, onde é consultado no BACEN o endividamento atual, em longo prazo, maior que 360 dias, a curto prazo menor que 360 dias e as linhas de crédito no qual a empresa está utilizando. Esta análise serve

para os analistas de crédito de a cooperativa identificar como a empresa está em números.

Figura 8. Formulário de Análise Financeira (parte 1).

ANÁLISE FINANCEIRA DE EMPRESAS - BALANÇO PERGUNTADO				
Empresa Analisada:		NOME ASSOCIADO		
Ano/Exercício:		Data das Informações:		
BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO		PASSIVO		
ATIVO CIRCULANTE	125.500	39,10%	PASSIVO CIRCULANTE	55.218 17,20%
Financeiro	5.500	1,71%	Financeiro	40.418 12,56%
Caixa/Bancos	5.500	1,71%	Empréstimos e Financiamentos	40.418 12,56%
Aplicações Financeiras	-	0,00%	Cíclico	14.800 4,81%
Cíclico	120.000	37,38%	Fornecedores	10.000 3,12%
Clientes	50.000	15,58%	Salários a Pagar	4.000 1,25%
Estoques	70.000	21,81%	Tributos e Impostos	800 0,25%
Outros	-	0,00%	Outros	- 0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	195.485	60,90%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	91.086 28,38%
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	-	0,00%	Empréstimos e Financiamentos	91.086 28,38%
Clientes	-	0,00%	Outros	- 0,00%
Outros	-	0,00%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.677 24,51%
ATIVO PERMANENTE	195.485	60,90%	Capital Social	25.000 7,79%
Imóveis	-	0,00%	Lucros/Prejuízos Acumulados	53.677 16,72%
Veículos	195.485	60,90%		
Máquinas e Equipamentos	-	0,00%		
Outros	-	0,00%		
ATIVO TOTAL	320.985	100,00%	PASSIVO TOTAL	320.985 100,00%
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)				
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	627.297	100,00%	Diferença entre Ativo e Passivo	
Abatimentos e Devoluções	-	0,00%	96.004	
Impostos Faturados	43.911	7,00%	ENDIVIDAMENTO - BASE SCR ATUAL	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	583.386	93,00%	SCR Total Atual	131.504 20,96%
Custo das Mercadorias Vendidas	237.800	37,88%	SCR Longo Prazo > 360 dias	91.086 69,27%
LUCRO BRUTO	345.786	55,12%	SCR Curto Prazo < 360 dias	40.418 30,73%
Despesas Operacionais	7.200	1,15%	SCR Cheque Empresarial	- 0,00%
Despesas o/ Vendas	-	0,00%	SCR Recebíveis	- 0,00%
Despesas Administrativas	7.200	1,15%	Despesas Financeiras Mensais	3.368 6,44%
LUCRO DA ATIVIDADE	94.094	15,00%	SITUAÇÃO PATRIMONIAL	
Despesas Financeiras	40.418	6,44%	Situação Patrimonial dos Avals	
LUCRO OPERACIONAL	53.677	8,56%	Patrimônio Comprovado dos Avals	20.333
Resultado Não Operacional	-	0,00%	Endividamento dos Avals no SCR	8.737
Receitas Não Operacionais	-	0,00%	Avals prestados vigentes	-
Despesas Não Operacionais	-	0,00%	Patrimônio disponível	11.596
RESULTADO ANTES DO IR E CS	53.677	8,56%	Nova operação / Novos limites somente no Aval	-
IR e CS	-	0,00%	Resultado:	Suficiente
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.677	8,56%	Situação Patrimonial Empresa	
Resultado Líquido Mensal	4.473	8,56%	Patrimônio Comprovado Empresa	195.485
ÍNDICES FINANCEIROS				
LIQUIDEZ GERAL	0,86		Endividamento dos Empresa no SCR	131.504
LIQUIDEZ CORRENTE	2,27		Avals prestados da Empresa	-
LIQUIDEZ SECA	1,01		Patrimônio disponível	63.981
PARTICIPAÇÃO CAPITAL DE TERCEIROS	185,96%		Nova operação / Novos limites Aval	-
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	249%		Resultado:	Suficiente
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	37,74%		DEMAIS INDICADORES	
ENDIVIDAMENTO GERAL	45,58%		Risk Score Serasa	242
ENDIVIDAMENTO ONEROSO	167,14%		Risco Médio	
MARGEM OPERACIONAL	9,20%		Endividamento Total vs Faturamento Anual	21%
LUCRATIVIDADE	8,58%		Endividamento Normal	
RETORNO SOBRE O ATIVO	16,72%		Exposição Scredi vs Faturamento Anual	
SOLVÊNCIA GERAL	2,19		Limites Solicitados	20.000,00
PRAZO MÉDIO ROTAÇÃO DE ESTOQUES	108		Faturamento Anual	-
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO	27		Exposição Scredi vs Faturamento Anual	#DIV/0!
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	15		#DIV/0!	
ANÁLISE DE SOLVÊNCIA				
CAPITAL DE GIRO (1)	70.282			
SALDO EM TESOURARIA (2)	34.918			
NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO (3)	105.200			

Fonte: Cooperativa Sul, SC (2017).

Figura 9. Formulário de Análise Financeira (parte 2).

Associado:

AVALIAÇÃO BALANÇO	
Contas do balanço patrimonial	
Clientes	50.000,00
Créditos	0,00
Estoques	70.000,00
ATIVO CIRCULANTE CICLÍCO	120.000,00
PASSIVO CIRCULANTE CICLÍCO	14.800,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	195.485,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	91.086,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	174.681,13
CAPITAL DE GIRO (CDG)	70.282,32
NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO (NCG)	105.200,00
SALDO DE TESOURARIA (ST)	-34.917,68
DRE	
FATURAMENTO BRUTO (12 meses)	627.296,52
RESULTADO LÍQUIDO (12 meses)	53.676,80

ENDIVIDAMENTO ATUAL	
Faturamento mensal (Média 360 dias)	R\$ 52.274,71
SCR - Dívidas Mensais Atuais (Média 360 dias)	R\$ 3.368,14
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	
Exposição Global Solicitada	20.000,00
Qtd. de Parcelas	>>>>>>
Periodicidade	>>>>>>
Taxa de Juros Mensal	>>>>>>
Valor Total das Parcelas	1.046,67
1º Vencimento	>>>>>>
% Comprometimento Total + Nova Parcela	8,45%

LIMITES SOLICITADOS					
Cheque Empresarial >	-	Cartão de Crédito >	-	Cartão BNDES >	
Giro	Receíveis	Rotativo	Veículos	Invest/Fin/Ren	Const. Reforma
-	-		20.000,00		
0			24		
0			30		
0,00%	2,99%		1,91%		
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.046,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13/06/2017	13/06/2017	13/06/2017	13/06/2017	13/06/2017	13/06/2017

ANÁLISE SINTÉTICA					
Segmento Empresa	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS				
Faturamento Anual	627.296,52	FMM	52.274,71	Endiv Total	131.504
Data Constituição	09/11/2015	Margem Atividade (%)	15,00%	Endiv CP	30,73%
Data Associação		Margem Ativid Mensal	7.841	Endiv LP	69,27%
Score Interno		Desp Fin Mensais	3.368	Desp Financ vs FMM	6,44%
Rating Associado		Resultado Liq Mensal	4.473	Varição Desp Fin 12m	#DIV/0!
Cota Capital		Margem Liq Mensal	8,56%	Endiv Total vs Fat Anual	20,96%
Isa		Vlr Total Parc Solic. Mensal	1.046,67	Endiv Total/FMM	2,5
		Capag Mensal Após Solic	3.426,39	Varição End SCR 12m	#DIV/0!

Valor disponível, conforme análise de solvência:
R\$ 70.282,32

Margem Líquida Final
8,56%

Fonte: Cooperativa Sul, SC (2017).

Figura 10. Formulário de Análise Financeira (parte 3).

Critérios para Capacidade de Pagamento							
CAPITAL DE GIRO E ROTATIVO	Limitando em 30% do faturamento Bruto da empresa no período. Tomar como base os valores constantes na Análise de Solvência, estando limitado à 100% do valor disponível. Comprometer no máximo 100% da sobra líquida constante na DRE da empresa.				% Endividamento/ Receita Bruta	0,4%	
					% Valor solicitado/Valor disponível c/m. solvência	0%	
				% Parcelas Totais/Resultado líquido	23%		
				Status	Percentual de comprometimento em conformidade para as operações de Capital de Giro e Rotativo.		
INVESTIMENTOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIAÇÕES	Limitando em 30% do faturamento Bruto da empresa no período para as operações de investimento e 50% para renegociação. Comprometer no máximo 100% da sobra líquida constante na DRE da empresa.				% Endividamento/ Receita Bruta	0,4%	
					% Parcelas Totais/Resultado líquido	23%	
				Status Investimento e Financiamento	Em conformidade para as operações de Investimento		
				Status Renegociação	Em conformidade para as operações de renegociação		
Descontos de Recebíveis	Limitando em 50% do faturamento Bruto da empresa no período. Comprometer no máximo até 100% da conta cliente constante no balanço patrimonial, ou na declaração de Bens, Direitos, Obrigações e Resultados.				% Endividamento/ Receita Bruta	0,4%	
					% valor solicitado/Conta cliente	0%	
				Status			
CHEQUE EMPRESARIAL / CARTÃO DE CRÉDITO	SCORE SERASA	LIMITE CHEQUE EMPRESARIAL + CARTÃO	MÁX CHEQUE EMPRESARIAL	MÁX CARTÃO (R\$)	Comprometimento Máximo do Faturamento Anual	3,0%	R\$ 10.016,90
	>=601 pontos RISCO BAÍSSIMO	Até 6%* do Fat. Anual	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	Comprometimento Proposto	0,0%	
	401 a 600 pontos RISCO BAIXO	Até 4,5%* do Fat. Anual	R\$ 80.000,00	R\$ 40.000,00	Status	Em conformidade com a Política de Crédito vigente para a operação de Cheque Empresarial + Cartão de Crédito	
	201 a 400 pontos RISCO MÉDIO	Até 3%* do Fat. Anual	R\$ 60.000,00	R\$ 30.000,00			
	<= 200 pontos RISCO ALTO	Até 1,5%* do Fat. Anual	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00			
Cartão BNDES	SCORE SERASA	MULTIPLICADOR FATURAMENTO ANUAL	TETO LIMITE		Comprometimento Máx do Faturamento Anual	2,0%	R\$ 12.545,93
	>=601 pontos RISCO BAÍSSIMO	4% do Faturamento	R\$ 100.000,00		Comprometimento Proposto	0,0%	
	401 a 600 pontos RISCO BAIXO	3% do Faturamento	R\$ 80.000,00		Status	Em conformidade com a Norma de Crédito	
	201 a 400 pontos RISCO MÉDIO	2% do Faturamento	R\$ 50.000,00				

Fonte: Cooperativa Sul, SC (2017).

O principal propósito desta ferramenta é dar valor do resultado líquido mensal da empresa. Para isto, utilizamos três informações bases, faturamento, endividamento bancário (relatório SISBACEN) e margem do segmento (conforme estudo da Serasa).

Em síntese, sobre o faturamento, foi aplicado a margem fornecida pela Serasa e, após deduzimos as despesas financeiras (obrigações com bancos a vencer no curto prazo) para chegar ao resultado líquido mensal projetado. Este resultado, é que seria, o teto recomendável de capacidade de pagamento, ou seja, é o valor máximo mensal que o associado poderá assumir de compromisso em operações de crédito com a Cooperativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores agravam a crise de uma Empresa patrimonial, (Ativo menor que o passivo econômico, falta de faturamento em razão da retração nos negócios – fator financeiro, falta de liquidez, a falta de montante em caixa para pagamento de obrigações imediatas) muitas são as dificuldades Financeiras, inúmeras são as situações pelas quais passa uma empresa cujos fluxos de caixa operacionais são insuficientes para atender os compromissos financeiros nas datas de vencimento e/ou o valor de seus ativos é insuficiente para cobrir seus débitos junto a credores.

Acarretando em dificuldades financeiras, em desequilíbrio do fluxo de caixa, ou seja, são sinais de que uma empresa passa por dificuldades financeiras (Atraso de pagamentos, Prejuízos, Reduções de dividendos, Fechamento de instalações, Dispensa de pessoal, Mudança de diretores, Queda de preço das ações). É neste sentido que o papel dos administradores são imprescindíveis, afim de conhecer as possibilidades e os processos de tomada de decisão.

Os resultados desta pesquisa apresentam os dados analisados que representam o período de 2015 a 2017, apresentou diversas informações que permitiram avaliar a concessão de crédito em uma cooperativa, como o ramo de atividade, prazo, garantia, a linha de crédito e o valor solicitado.

Durante este período, houve uma liberação de crédito comercial num total de R\$ 6.415.000,00. A indústria cerâmica representou 28% do valor total liberado, seguida das indústrias de Engenho de Arroz e Engenho de Farinha.

As empresas de grande porte foram as que solicitaram maior valor em crédito. Sendo que a linha de crédito de Desconto de Recebíveis foi a mais concedida pela cooperativa.

Observou-se que o Balanço Patrimonial utilizado pela Cooperativa de Crédito para análise do crédito solicitado, mostrou-se eficaz, trazendo as informações necessárias. Apesar do preenchimento do Balanço perguntado e das visitas realizadas na empresa, a Cooperativa assume o risco de crédito, onde pode acabar não recebendo o crédito concedido.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luis Cesar G. de. **Teoria geral da Administração**: aplicação e resultado nas empresas brasileiras. São Paulo. Atlas, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BACEN, **Cooperativa de Crédito**. Disponível em:
<<http://www.bcb.gov.br/?COOPERATIVASFAQ>>

BACEN, **Resolução N° 2682 de 21 de Dezembro de 1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_P.pdf>

BACEN, **Resolução N° 3.106 de 25 de Junho 2003**. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3106_v1_o.pdf>

BACEN, **Resolução N° 3.464 de 26 de Junho 2007**. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2007/pdf/res_3464_v2_P.pdf>

BACEN, **Resolução N° 3.859 de 27 de Maio de 2010**. Altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3859_v5_P.pdf>

BACEN, **Lei N°3721 de 30 de Abril de 2009**. Dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2009/pdf/res_3721_v1_O.pdf> Acesso em: 15 Set. de 2014. 86

BRASIL. **Lei N° 4.595 de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>

BRASIL. **Lei N°5.764 de 16 de Dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 – 6ª Reimpressão.

FELIPPE JR. Bernardo de. **Sociedades cooperativas**: como funcionam estas empresas facilitadoras de negócios, de trabalho, de consumo educacional. Brasília: Ed. SEBRAE, 1993.

GROPPELLI, A.A, EHSAN Nikbakht. **Administração Financeira**. Tradução Célio Knipel Moreira. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira**: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OCB, **Organização das Cooperativas do Brasil**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp>. Acesso em 18 de Set. de 2014.

LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Recursos Humanos**: princípios e tendências. 2.ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

LEMES JUNIOR, Antonio Barbosa; CHEROBIM, Ana Paula; RIGO, Claudio Miessa. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2005. 87

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de Crédito: instrumento de organização econômica da sociedade**. 1 ed. Porto Alegre: Rigel, 2002.

SECURATO, José Roberto; ORTOLANI, Edna Mendes. **Crédito: análise e avaliação do risco: pessoas físicas e jurídicas**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.

SICREDI, **Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito**, Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/pdfs/13742_Sicredi_Estrutura_Gerenciamento_Risco_Credito.pdf?v2>. Acesso em: 22 de Nov. 2014.

SILVA, Jose Pereira Da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Jose Pereira Da. **Gestão e Análise de Risco de Crédito**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerencia de empréstimos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEBRAE, **Cooperativa de Crédito: serie empreendimentos coletivos**. 2009. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/91A253E7C7BB7E7583257943004DBF11/\\$File/NT0004660A.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/91A253E7C7BB7E7583257943004DBF11/$File/NT0004660A.pdf)>.